



Mestrado Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho final de Mestrado

Dissertação

A dependência Angolana de petróleo e diversificação económica

Mariana Marques Reis

Orientador: Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

ISEG, janeiro- 2025

Agradecimentos:

Agradeço aos meus pais por todo o trabalho, esforço, dedicação e apoio incondicional.

Resumo:

Esta dissertação analisa a dependência da economia angolana em relação ao Petróleo. Apesar da abundância de receitas do recurso natural, o país é vulnerável às flutuações do preço do petróleo, além disso enfrenta desafios como a elevada dívida e inflação. O estudo destaca a necessidade de diversificação, em conformidade com o plano de desenvolvimento nacional de 2023 a 2027, que tem como objetivo promover o potencial de setores de exportação além do petróleo. A pesquisa responde a três perguntas principais: o panorama atual da economia angolana com foco no efeito das receitas do petróleo, a segunda corresponde a quais setores tem maior potencial de exportação além do petróleo. Por fim, são referidos fatores que podem potencializar a diversificação das exportações angolanas.

Através da análise de dados macroeconómicos das organizações internacionais, foi analisada a dependência do petróleo na economia angolana. Os resultados identificam setores promissores, como ferro e aço, cimento, alumínio e resíduos alimentares, e enfatizam a importância de melhorias na infraestrutura, ambiente de negócios e acordos comerciais para impulsionar as exportações.

Palavras-chave: Dependência do petróleo, Diversificação económica, Exportação, Comércio internacional.

Abstract:

This dissertation analyzes the dependence of the Angolan economy on Oil. Despite the abundance of revenue from the natural resource, the country is vulnerable to fluctuations in the price of oil, and faces challenges such as high debt and inflation. The study highlights the need for diversification, in accordance with the national development plan from 2023 to 2027, which aims to promote the potential of export sectors beyond oil. The research answers three main questions: the current panorama of the Angolan economy with a focus on the effect of oil revenues, the second corresponds to which sectors have the greatest export potential besides oil. Finally, factors that can enhance the diversification of Angolan exports are mentioned.

Through the analysis of macroeconomic data from international organizations, the dependence on oil in the Angolan economy was analyzed. The results identify promising sectors such as iron and steel, cement, aluminum and food waste, and emphasize the importance of improvements in infrastructure, business environment and trade agreements to boost exports.

Keywords: Oil dependence, Economic diversification, Export, International trade.

Índice:

Introdução:	7
1.Revisão da Literatura Teoria do comércio Internacional:	8
1.1 Teorias do Comércio internacional:	8
1.2. Teorias alternativas do comércio internacional:.....	9
1.3. Armadilha dos Recursos Naturais	11
1.4. Integração Económica regional	12
2. Caracterização Económica de Angola:.....	13
2.1. Breve abordagem histórica da economia angolana	13
2.2. Caracterização dos principais indicadores da economia angolana:.....	15
2.3. Dependência da Economia Angolana das receitas do petróleo	22
3. Exportações angolanas	24
3.1 Gestão do Fundo soberano de Angola FSDEA	24
3.2. Estratégia de Diversificação Económica em detrimento de estabilização fiscal.....	26
3.3. Panorama das exportações e importações angolanas.	27
3.4. A competitividade das exportações.....	29
3.5. Setores com mais potencial das exportações angolanas.....	31
4. Fatores potenciadores das exportações angolanas.....	34
4.1 Infraestrutura	34
4.2. Ambiente de negócios	37
4.3. Acordos comerciais	37
Conclusão:.....	39
Bibliografia	40

Índices de Figuras:

Figura 1 - Crescimento Real Anual do PIB de Angola 2014-2026 (em percentagem) *	16
Figura 2-Tabela com indicadores selecionados da economia Angolana (2014-2024)...	18
Figura 3- Taxa de Câmbio média entre USD/AOA (2014-2024)	20
Figura 4 - Variação anual do PIB Nominal de Angola e dos Preços do Petróleo (Preços médios do petróleo e Crescimento Nominal do PIB (em USD) (2008-2026).....	22
Figura 5 - Regressão estatística (2000-2023): variável dependente a variação do PIB e variável independente a variação do preço do petróleo.....	23
Figura 6- Exportações e importações de bens e serviços (em % do PIB) (2010 - 2023)	27
Figura 7- Exportações de Angola por destino (em %) (2015 - 2022)	28
Figura 8- Exportações de Angola agregadas por categoria de produtos (%) (2014 a 2023).....	28
Figura 9 - Importações Angolanas agregadas em categorias de produtos (%) (2014 - 2023).....	29
Figura 10 - Índice de Hirschman-Herfindahl Index (2014 - 2023)	30
Figura 11- Taxa de crescimento anual composta (CAGR) e Valor médio da exportação em Angola (2015 - 2023)	32
Figura 12- Vantagens comparativas reveladas por setor em comparação com mundo, africa e SADC (2023)	33
Figura 13 - Qualidade das infraestruturas em Angola em comparação com países selecionados, no ICG 2019 *.....	35

Introdução:

O tema principal desta dissertação é a análise da dependência do petróleo, tendo como caso de estudo Angola. Os estudos sobre a dependência de recursos naturais como o petróleo, são fundamentais dado que estes países estão vulneráveis a flutuações de preço do recurso no mercado global. Apesar de Angola ser um dos maiores produtores de petróleo da África subsariana, enfrenta uma série de desafios desde o fim da guerra civil em 2002, como a volatilidade do preço do petróleo, dívida pública elevada e inflação. Neste sentido, o plano de desenvolvimento nacional de 2023 a 2027 demonstra a necessidade da diversificação da economia além do petróleo.

Este trabalho pretende responder a três perguntas principais, a primeira corresponde ao panorama atual da economia angolana com foco no efeito das receitas do petróleo, a segunda identifica os setores que têm maior potencial de exportação além do petróleo e, por fim, que fatores podem potencializar a diversificação das exportações angolanas.

A metodologia utilizada para responder às principais questões corresponde num primeiro momento a uma revisão da literatura sobre a teoria do comércio internacional, de seguida a uma análise de dados do Fundo Monetário Internacional dos principais indicadores macroeconómicos como o PIB, receitas do governo, dívida pública e taxa de câmbio, de forma a compreender a situação da economia angolana. Por fim, para analisar as exportações angolanas são utilizados dados da composição das exportações, com recurso a cálculos como o índice de Herfindahl-Hirschman para avaliar a diversificação das exportações angolanas.

O trabalho está organizado em quatro capítulos principais, o primeiro capítulo explora a literatura sobre a teoria do comércio internacional, o segundo capítulo fornece uma visão ampla da economia angolana, com foco na dependência da economia em relação às receitas do petróleo. O terceiro capítulo, apresenta um panorama geral das exportações de Angola e em seguida identifica os setores de exportação com maior potencial de crescimento, além do petróleo. No último capítulo, são explorados os fatores que podem potencializar as exportações angolanas.

1. Revisão da Literatura Teoria do comércio Internacional:

1.1 Teorias do Comércio internacional:

No decorrer do primeiro capítulo serão apresentadas as contribuições de economistas a favor do comércio internacional como Adam Smith e David Ricardo, bem como autores críticos à liberalização do comércio como Raúl Prebisch, Hans Singer e Friedrich List.

As ideias de Adam Smith e David Ricardo surgiram em resposta ao movimento mercantilista dos séculos XV a XVIII na Inglaterra que defendia o protecionismo com o objetivo de fomentar as exportações e restringir as importações. Além disso, promovia o forte controle do governo sobre a atividade económica. Contrariamente à escola mercantilista, Adam Smith (1723-1790)¹, rejeitava a intervenção estatal uma vez que o ajuste entre procura e oferta no mercado seria suficiente para restabelecer o equilíbrio económico. Contudo, reconhece o papel do Estado em setores como a educação, política, justiça e infraestrutura. Além disso, defendia a liberalização económica e a eliminação de barreiras ao comércio internacional (Salvatore, 2013).

De acordo com o autor, o comércio internacional deveria basear-se na teoria das vantagens absolutas. Num contexto de comércio internacional entre duas nações, cada uma deveria especializar-se plenamente no produto em que tem vantagem absoluta, ou seja, deveria especializar-se no produto que produz a custo de hora de trabalho menor que o outro país produtor e exportador desse bem. Dessa forma, ambos países ganham com a entrada em comércio internacional pois, com a especialização, cada nação exporta o bem com a vantagem absoluta importando o produto de que necessita. Assim, iriam eliminar o excesso de produção bem como iria permitir uma utilização mais eficiente dos recursos (Salvatore, 2013).

O economista David Ricardo (1772-1823)², ampliou o pensamento de Adam Smith. Segundo Ricardo, o último não acautela a situação em que um país não tem vantagem absoluta em nenhum produto. O autor questionou se nessa situação ainda seria vantajoso para o país entrar em comércio internacional. É deste modo que surge a teoria

¹ Smith, A. (1937). *The wealth of nations* (Livro I, cap. 3; Livro IV, caps. 1–3, 6–8). The Modern Library.

² Ricardo, D. (1963). *The principles of political economy and taxation* (ch. 7). Irwin.

das vantagens comparativas, ou seja, cada país deve especializar-se no bem que tem maior vantagem absoluta relativa ou menor desvantagem absoluta relativa. Em termos relativos, cada país especializa-se no bem que produz a preço relativo menor do que o parceiro comercial. Desta forma, ambas as nações têm vantagens em entrar em comércio internacional pois, mesmo que o país tenha desvantagem absoluta na ótica de Smith, ainda pode lucrar com a exportação do bem que produz com menor desvantagem absoluta, proporcionando produtos mais baratos às populações (Salvatore, 2013).

Autores como Bertil Ohlin³ e Eli Heckscher⁴, aprofundaram o pensamento de David Ricardo, relativamente à evolução temporal das vantagens comparativas. Ricardo defendia que cada país se especializaria no bem que produz a preço relativo menor, partindo do pressuposto de que cada país produz a preço relativo diferente. Aqueles autores consideram os países semelhantes em tudo e assumem que a diferença de preço relativo em países diferentes surge da variável ‘dotação relativa de fatores trabalho e capital’. Neste sentido, cada país especializa-se e exporta o bem que mais utiliza o fator relativamente mais abundante no país. Concluíram que países ricos em capital têm vantagem competitiva em produtos intensivos em capital - como máquinas e indústria - e, por outro lado, países abundantes em mão de obra têm vantagem competitiva em produtos intensivos em trabalho, como por exemplo produtos provenientes da agricultura (Salvatore, 2013).

1.2. Teorias alternativas do comércio internacional:

Nas perspetivas destes autores clássicos a que se juntam Heckscher-Ohlin percebe-se uma tendência para defender as vantagens do comércio internacional em detrimento do protecionismo. Neste ponto iremos apresentar Friedrich List (1820)⁵, Raúl Prebisch (1950)⁶, Hans Singer (1950)⁷ e com perspetivas críticas ao comércio internacional importantes, nomeadamente os dois últimos que surgiram no período do pós segunda guerra mundial. Estes autores apontavam para a necessidade de substituir as importações e aumentar a produção nacional, baseando-se no argumento da deterioração

³ Ohlin, B. (1983). *Interregional and international trade*. Harvard University Press.

⁴ Heckscher, E. F. (1935). *Mercantilism* (Vols. I e II). Allen & Unwin.

⁵ List, G. F. (1983). *Sistema nacional de economia política*. Abril. Coleção os Economistas.

⁶ Prebisch, R. (1982a). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In A. Gurrieri (Ed.), *La obra de Prebisch en la CEPAL*

⁷ Singer, H. G. (1950). The distribution of gains between investing and borrowing countries. *The American Economic Review*, 40(3), 473-485.

dos termos de troca e na necessidade de proteger as indústrias nascentes da concorrência internacional (Braga, 2008).

No século 19, Friedrich List analisou as etapas de desenvolvimento de um país e concluiu que haveria necessidade de introduzir medidas protecionistas como tarifas nas fases iniciais de desenvolvimento de uma indústria nascente, de forma a não ser destruída pela concorrência internacional. De acordo com este autor, a abertura ao livre comércio deve acontecer em fases mais avançadas de desenvolvimento da indústria de um país pois só assim seria vantajosa a troca internacional (Braga, 2008).

Raúl Prebisch defendia que a mudança da estrutura de importação da América Latina tinha o potencial de terminar com o ciclo de perpetuação da desigualdade de centro-periferia, ou seja, países industrializados versus países em desenvolvimento, na altura denominados de subdesenvolvidos. O modelo de centro-periferia correspondia a um modelo semelhante ao modelo colonial dado que a estrutura económica fomentava a concentração de riqueza no centro, resultando numa crescente disparidade económica e institucional entre estes dois tipos de países. Assim, de acordo com o autor, o objetivo final seria a alteração da estrutura das importações, assente numa diversificação económica interna, de forma a alterar o padrão de desenvolvimento fazendo com que a América Latina se tornasse um bom concorrente não só em produtos primários, mas também em produtos industriais (Braga, 2008).

O objetivo de Prebisch não era diminuir a participação do país no comércio internacional, mas sim alterá-la na sua estrutura. Para tal, ele analisou a tendência de ‘deterioração dos termos de troca’ dos países produtores de bens primários particularmente em países daquela região. Em termos práticos significa que a capacidade de importar bens e serviços do exterior diminui com o passar do tempo colocando em desvantagem os países especializados em bens primários. Ou seja, estes países são forçados a vender mais bens primários para conseguirem importar a mesma quantidade de bens que anteriormente consumiam (Braga, 2008).

A deterioração dos termos de troca pode ser explicada pelo progresso técnico nos centros industriais, uma vez que torna as produções mais eficientes e baratas (Braga, 2008). Além disso, este conceito pode ser explicado pela baixa elasticidade de rendimento na procura de bens primários dado que os países desenvolvidos, com o aumento de rendimento, podem ter menos procura de bens primários nomeadamente pela capacidade

da sua substituição. Por fim, a amplitude dos ciclos económicos também influencia a diminuição dos termos de troca, dado que nos países periféricos a amplitude dos ciclos é maior levando a maior volatilidade de preços dos bens primários (Bibi, 2024).

Tal como Prebisch, também Singer chegou a conclusões semelhantes relativamente à tendência de deterioração dos termos de troca, destacando a posição de desvantagem dos países em desenvolvimento. Esta conclusão desafia a teoria de Ricardo pois a contínua especialização em produtos com vantagens comparativas, sem que haja uma alteração da estrutura de produção nacional e de importações, perpetua o padrão de subdesenvolvimento (Braga,2008). Adicionalmente, o autor Frank Graham⁸, corrobora a ideia de que a especialização perpetua o padrão de subdesenvolvimento, dado que países que se especializam em atividades como a manufatura com retornos crescentes, crescem sempre mais do que países que são especializados em atividades como a agricultura (Bibi, 2024).

De entre diversos autores que atualmente se debruçam sobre este tema, cabe aqui referir, a título de exemplo, Ha-Joon Chang⁹ que é um dos economistas que critica a falta de explicação dos autores clássicos em demonstrarem como o livre comércio favoreceu a acumulação de riqueza dos países ricos, sendo que os mesmos não foram expostos tão precocemente ao comércio internacional (Bibi, 2024).

1.3. Armadilha dos Recursos Naturais

Prebisch, sobre a participação de um país no comércio internacional, destaca os efeitos negativos e positivos de países da América Latina ao serem abundantes em recursos naturais e de se especializarem na sua extração. De acordo com o autor, estes países podem ser amaldiçoados com efeitos adversos como a apreciação da taxa de câmbio, instituições fracas, corrupção e volatilidade devido aos preços do recurso natural no mercado internacional. Logo, a armadilha dos recursos naturais, conceito implicitamente avançado por Hirschman (1958)¹⁰, consiste num fenómeno em que abundância em recursos naturais pode não ter correspondência direta em crescimento e

⁸ Graham, F. (1923). Some aspects of protection further considered. *Quarterly Journal of Economics*, 37, 199–227.

⁹ Chang, H. J. (2008). *Bad Samaritans: The guilty secrets of rich nations and the threat to global prosperity*. Random House.

¹⁰ Hirschman, O. A. (1958). *The strategy of economic development*. Yale University Press.

desenvolvimento económico. Outro autor, Nurkse (1958)¹¹, destacou o impacto negativo derivado da instabilidade dos mercados baseados em recursos naturais e a necessidade de investimentos públicos para fomentar o desenvolvimento. Por fim, Sachs e Warner¹², demonstram que economias ricas em recursos naturais tendem a crescer mais lentamente devido à concentração em produtos e exportações primárias cujo valor acrescentado é baixo e introduz poucas ligações de diversificação à economia doméstica (Hosein, 2021).

Desta realidade surgiu o conceito de Dutch Disease em 1977 (doença holandesa). Após a descoberta de grandes campos de gás na Holanda em 1959, percebeu-se que a alta especialização neste setor se traduziu na diminuição do desenvolvimento do setor da manufatura. O seu significado refere-se a um efeito negativo na economia, nomeadamente na sua diversificação, fruto da especialização e crescimento do setor primário, no caso o petróleo. Este fenómeno teve como consequência a apreciação da taxa de câmbio, ou seja, a depreciação da moeda local, o que impacta negativamente noutros setores tornando-os menos competitivos e levando ao seu abandono (Hosein, 2021).

1.4. Integração Económica regional

Nos últimos 50 anos, contrariamente ao mercantilismo inicial e políticas protecionistas, assiste-se ao fenómeno da globalização com mercados cada vez mais interligados. A integração económica regional consiste, assim, na abolição das barreiras existentes ao comércio entre países membros de uma organização numa região, tendo por objetivo promover a aproximação e integração de mercados nacionais e fomento do comércio regional com maior consumo de produtos internos, isto é, apoiando a diversificação das suas economias. No continente africano, por exemplo, é defendida uma aposta em políticas de facilitação do comércio regional de forma a proporcionar desenvolvimento. Atualmente, ao nível do comércio intrarregional, África conta com um valor em torno dos 15%-18% que é muito diminuto em comparação com os 67% de trocas realizadas dentro do continente europeu e num contexto que a região da África Subsariana ainda só contribui com cerca de 2% para o comércio global (Turkson et al., 2022).

A integração comercial é suportada por diferentes acordos regionais e sub-regionais e as comunidades económicas regionais são criadas para fomentar a economia

¹¹ Nurkse, R. (1958). "Contribution to 'the Discussion of Professor Viner's Paper: Stability and Progress in the World Economy.'" In D. Hague (Ed.), *The First Congress of the International Economic Association* (pp. 69–77). London: Macmillan

¹² Sachs, J., & Warner, A. (1995). *Natural resource abundance and economic growth* (NBER Working Paper No. 5398). National Bureau of Economic Research

nacional e promover a integração económica. Em Africa, continente onde se situa o nosso estudo de caso, a integração torna-se mais complexa com 8 comunidades de integração económica regional e que devem ser o core da integração continental de acordo com o Tratado de Abuja de 1991. Entre elas está a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em que Angola se insere (Turkson et al., 2022).

Em 2018 foi estabelecida a zona de comércio livre continental africana (AFCTA) e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021, através da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio dos países africanos e com o objetivo de facilitar o comércio de bens e serviços entre países criando um mercado único para o continente africano. Tanto a SADC quanto a AFCTA têm o objetivo de contribuir para promover a integração regional económica de África. Além disso, a maior parte dos países da SADC fazem parte da Zona de Comércio Livre continental e, neste sentido, o sucesso da integração regional da SADC pode contribuir para bases sólidas de uma maior integração regional a nível mais amplo na AFCTA (SADC, 2020).

Apesar dos benefícios da integração económica, acresce um problema adicional que surge da dependência que grande parte destes países têm das receitas provenientes das alfândegas e tarifas comerciais o que torna a eliminação das barreiras comerciais complexa. A diminuição deste tipo de impostos pode colocar em causa o recebimento das receitas fiscais necessárias para financiarem os seus investimentos em infraestrutura e proporcionar o bem-estar às populações. Mas outras barreiras dificultam o alcance de objetivos económicos como os referidos. Por exemplo, Drinkwater and Robinson (2023) recomendam medidas que reduzam a corrupção e a instabilidade política visto que elas são obstáculos significativos ao comércio internacional no continente africano.

2. Caracterização Económica de Angola:

2.1. Breve abordagem histórica da economia angolana

Durante o período de 1961 a 1974, Angola lutou contra a dominação colonial portuguesa tendo no ano de 1975 atingido a sua Independência. Posteriormente, estalou uma guerra civil entre o partido que tomou então o poder, o MPLA, e dois grupos que participaram igualmente na luta armada anti-colonial, a FNLA e a UNITA. Depois dos Acordos de Paz de Bicesse (Portugal) em 1991, foram realizadas eleições no ano seguinte,

mas a não aceitação dos resultados desencadeou a retomada da guerra civil até 2002 quando com o Acordo do Luena o conflito terminou.

Antes da independência, a economia angolana estava sujeita e condicionada pela estrutura de dominação colonial típica, sendo que a manufatura representava apenas 13% do PIB em 1960 (que antecede o início da luta de libertação nacional) e os principais setores que contribuíam para o PIB eram a produção agrícola, nomeadamente de matérias-primas como o café, o sisal, o algodão, etc e a indústria extrativa (diamantes e ferro e nos anos 70 antes da independência o petróleo). Em 1961, as exportações de café em conjunto com produtos agrícolas não processados representavam o valor significativo de 56% do total das exportações. Contudo, e em reação ao início da luta armada pela independência da colónia, o governo colonial promoveu um conjunto de medidas de atração do capital metropolitano e estrangeiro bem como tomou um conjunto de medidas de apoio. O resultado foi uma taxa de crescimento média do PIB entre 1962-1973 de 11.1%, com as exportações de produtos transformados a triplicarem em valor, mas mantendo a exportação de produtos agrícolas (café, milho, sisal, algodão, etc), minerais (ferro) e diamantes e petróleo (este na década de 70) como a mais expressiva componente no comércio internacional (Ferreira, 1990, pp.143, 147). Em suma, a economia continuava dependente da extração de recursos naturais, com uma baixa produção industrial e dependia da área económica portuguesa e o aumento da presença das forças armadas foi evidente (Ferreira, 2006).

Com o desencadear da guerra civil a partir de 1975 toda a infraestrutura básica de transporte como estradas pontes e conexões internas ficaram afetadas, sendo necessário a reconstrução das infraestruturas, indústrias e recuperação da agricultura. Além disso eram necessárias políticas económicas abrangentes em áreas de crédito comércio e políticas monetárias para controlar a inflação e promover o crescimento económico (Ferreira, 2006).

No ano de 1962, Angola integrou uma zona de comércio livre de Portugal e suas colónias, sendo que esta beneficiou maioritariamente a indústria portuguesa e prejudicou a indústria nascente angolana devido, nomeadamente, ao condicionamento industrial visando proteger a economia metropolitana. Com o fim do domínio colonial, o país começou a abrir e a proteger o mercado interno, com a aplicação de políticas de substituição de importações na indústria. Em 1969, assistiu-se ao início de uma mudança na importância relativa da estrutura de extração de matérias-primas quando a empresa

Cabida American Oil Company começou a exportar petróleo. Inicialmente representava apenas 5% das exportações totais mas quatro anos depois já valia 30% das exportações totais (Ferreira, 2006). A balança corrente no período de 1972-73 tornou-se positiva.

A importância deste recurso a partir da independência em 1975 tornou-o esmagadoramente dominante no PIB de Angola e nas suas exportações e arrecadação de receitas fiscais, contribuindo para uma balança comercial positiva. No entanto, o aumento da produção do petróleo teve como contrapartida a apropriação de bens públicos e práticas de rent-seeking por parte da elite governante o que foi hipotecando as possibilidades de desenvolvimento do país. Ou seja, neste período assistia-se a uma diminuição do peso dos produtos agrícolas no total das exportações e um aumento acima dos 90% do peso do petróleo e diamantes no total das exportações. Por fim, verificou-se um crescimento da indústria extractiva, nomeadamente do setor petrolífero, apesar dos enormes gastos públicos alocados para fins militares dado que no período de 1992 a 2002, representaram 40% dos gastos públicos (Ferreira, 2006).

Atualmente, Angola continua sob influência do MPLA e o atual presidente é João Lourenço, a exercer funções desde 2017. O país enfrenta desafios económicos permanentes e cíclicos nos momentos de diminuição do preço do petróleo, principal fonte de receita pública. Neste sentido, a nova administração tem como principal objetivo a diversificação da economia além do petróleo, intencionando focar-se em setores como a pesca, a agricultura e a indústria transformadora. Além disso, propõem-se medidas para atração de investimento direto estrangeiro e implementação de medidas para estabilizar as taxas de câmbio, controlar a dívida pública e a inflação (Benomar, 2018) embora o sucesso seja exíguo. O Plano de Desenvolvimento Nacional de 2023-2027, enfatiza a promoção do crescimento económico sustentado e diversificado, a adaptação à alteração climática e combate à corrupção.

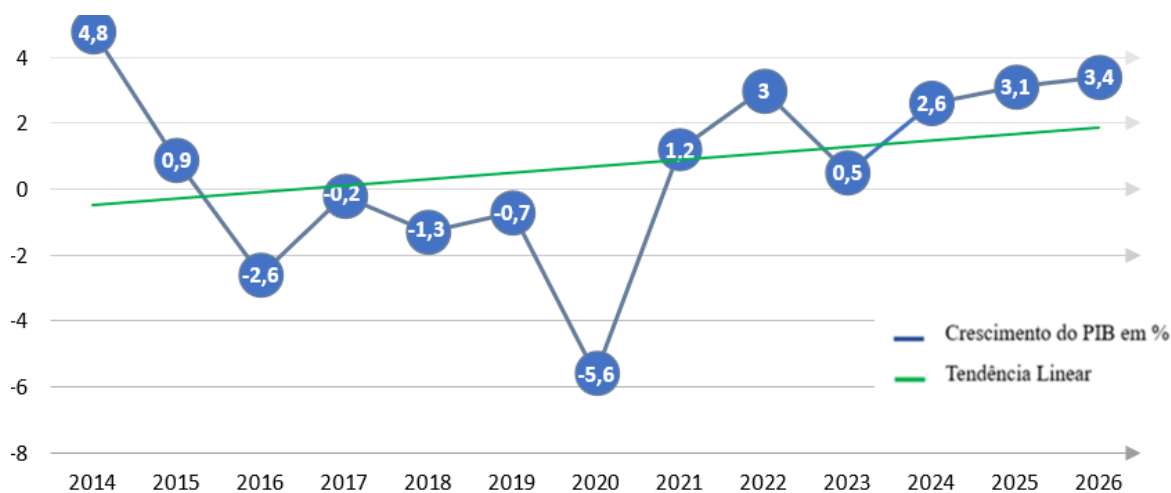
2.2. Caracterização dos principais indicadores da economia angolana:

Desde o fim da guerra civil de 2002, o país fez um progresso substancial a nível político, tendo beneficiado em grande parte da produção de petróleo. Angola é o segundo maior produtor de petróleo na África Subariana, a seguir à Nigéria, e possui grande riqueza de minérios e recursos agrícolas. Além disso, beneficia de elevados empréstimos chineses e alguns investimentos diretos desse país, principalmente em áreas como a construção e a reabilitação de infraestruturas. Até 2019 a China já tinha fornecido

empréstimos de cerca de 22,4 biliões de dólares. De notar que se utilizaram em alguns casos as receitas do petróleo como colateral para assegurar os empréstimos com o “Angola Model”, o que em geral condiciona a autonomia do governo no uso das receitas e sua aplicação oriunda daquela ‘commodity’. O modelo tornou-se insustentável (Carvalho & Kopinski, 2022).

Contudo, e apesar da grande riqueza e algum progresso até então, o país continua a enfrentar desafios como a dependência do setor petrolífero, a vulnerabilidade à dívida externa e desequilíbrios estruturais. Além disso, Turkson et al. (2023) destacam obstáculos como o mau estado das infraestruturas e dificuldades a nível de troca comercial como a burocracia que dificulta o processo de exportação e importação regionais com a falta de uniformização de regras entre os países integrantes do SADC que em si dificulta e diminui o fluxo comercial. Face aos riscos há uma grande necessidade de consolidação fiscal, reformas estruturais, para garantir estabilidade económica, assegurar a sustentabilidade da dívida externa e promover a diversificação. De seguida iremos fazer um enquadramento económico dos pontos mais relevantes da economia angolana (IMF, 2024).

Figura 1 - Crescimento Real Anual do PIB de Angola 2014-2026 (em percentagem) *



Fonte: Elaboração própria com dados do IMF *Article IV 2023*, *World Economic Outlook Database* (2024).

* Nota: para 2023 a 2026 é projecção.

De acordo com a Figura 1, que ilustra o crescimento em percentagem do PIB real anual em Angola, observamos uma tendência linear positiva, apesar das flutuações anuais significativas. No período de 2014 a 2016 o crescimento do PIB passou de 4.8% para uma contração do PIB de 2.6%. Esta desaceleração económica pode ser explicada pela diminuição dos preços do petróleo e a desvalorização da moeda local. Em 2020, o PIB cai drasticamente para -5.6% devido aos impactos económicos da pandemia do Covid 19, que resultou das restrições económicas, da diminuição da procura mundial e recessão (IMF, 2024).

Após um crescimento económico negativo de 2016 a 2020, no período pós pandémico a economia angolana começa a registar sinais de expansão do ciclo económico. Em 2021 registou um crescimento económico de 1.2% e, no ano seguinte, um valor de 3%. Esta recuperação deriva do ajustamento da dívida externa, controlo da inflação, bem como do aumento do preço do petróleo. Além disso, em 2020, beneficiou da uma maior consolidação fiscal e introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado, inicialmente fixado em 14%, alinhando-se com os restantes países da (SADC) (Mpfu, 2022).

Apesar da retoma, no ano de 2023 foi registado um crescimento modesto de 0.5%, impactado pela diminuição do preço do petróleo e deterioração do Kwanza. Além disso, nesse período terminaram as moratórias ao serviço da dívida externa concedidas pelo G20 e a China, colocando mais pressão no serviço desta dívida. Neste contexto de diminuição de receitas fiscais devido ao preço do petróleo, as autoridades implementaram em junho de 2023 a primeira fase da reforma do fim dos subsídios a combustíveis em junho 2023, sendo espectável a melhoria da balança fiscal. A reforma surge com o objetivo de corrigir a fixação dos preços dos combustíveis e assim reduzir despesa pública ineficiente (IMF,2024).

A eliminação do subsídio aos combustíveis em Angola, para além de ser crucial para o ambiente de negócios, estabiliza as finanças governamentais já que os subsídios aos combustíveis representavam em 2022 cerca de 3.6% do PIB. Assim, a redução destes subsídios libertará recursos fiscais que podem ser redirecionados para investimento público em diversificação económica e desenvolvimento sustentável e despesas sociais. A sua manutenção reflete-se numa queda de 0.5% do PIB em 2023 (WorldBank, 2022).

Figura 2-Tabela com indicadores selecionados da economia Angolana (2014-2024)

Ano	Unid.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas do Governo/PIB	% PIB	30,7%	24,1%	17,5%	17,5%	22,9%	21,2%	21,3%	23,3%	23,2%	20,0%	20,8%
Das quais relacionadas com o petróleo	%	77,4%	63,8%	50,2%	48,0%	51,2%	51,0%	51,2%	60,1%	58,6%	60,5%	61,5%
Balança Primária/PIB	%	-4,7%	-1,1%	-1,7%	-3,0%	7,0%	6,4%	5,0%	9,0%	4,7%	3,4%	5,8%
Dívida Soberana / PIB	%	40,0%	57,0%	76,0%	69,0%	93,0%	114,0%	139,0%	87,0%	67,0%	85,0%	77,0%
Inflação	%	7,3%	9,2%	30,7%	29,8%	19,6%	17,1%	22,3%	25,8%	21,4%	13,6%	22,0%
Preço do Brent (dólares/barril de petróleo)	US \$M	98,97	52,32	43,64	54,13	71,34	64,3	41,96	70,86	100,93	82,49	80,1

Fonte: Elaboração própria com dados do IMF *Article IV (2018, 2023)*, *World Economic Outlook Database (2024)*, US world and energy administration Data Base.

Com base na Figura 2, é possível analisar as receitas do governo em percentagem do PIB, sendo que do período de 2014 a 2016, estas diminuíram significativamente de 30.7% para 17.5%. A partir de 2017 houve uma recuperação gradual chegando a atingir 23.3% no ano de 2021 e para 2024 é projetada a diminuição para 20.8% do PIB. Relativamente ao peso das receitas petrolíferas no total das receitas, em 2023, as receitas representaram 60.5% no total das receitas do governo, o que mostra a importância do setor petrolífero (IMF,2024).

No que se refere ao indicador da Balança Primária em percentagem do PIB, este reflete a relação entre receitas e despesas do governo excluindo o pagamento de juros da dívida pública. No período de 2014 a 2017 registou-se um défice primário variando entre -4.4% e -1.1%, justificado pela queda do preço do petróleo que afetou as receitas governamentais: Este défice reflete a ineficácia de políticas de ajustamento face à diminuição do preço do petróleo. De 2018 a 2021 assistiu-se a uma recuperação fiscal resultando num superavit da balança primária sendo que, em 2021, atingiu os 9% do GDP,

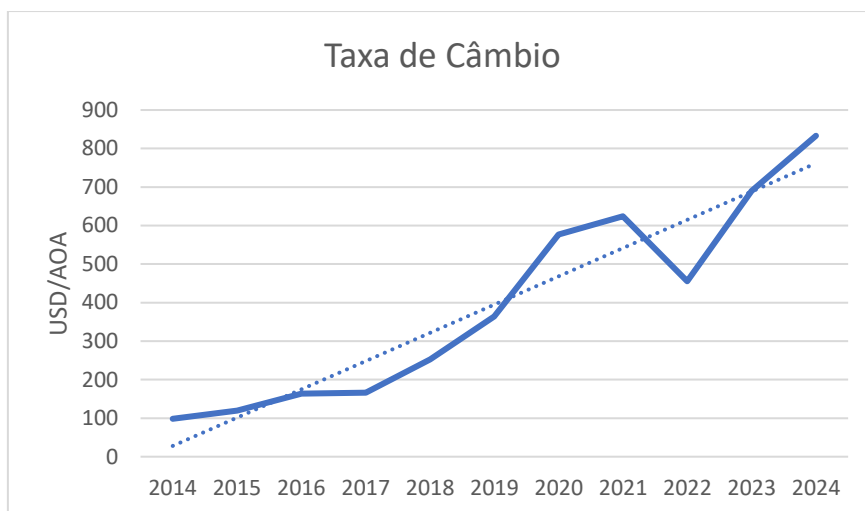
fruto de reformas fiscais e melhoria dos preços do petróleo e que levaram ao aumento das receitas mesmo em período de pandemia. Nos últimos três anos observamos uma diminuição do superavit e estabilização com valores entre os 3.4 e 5.8% (IMF,2024).

A nível da Dívida Soberana, esta aumentou de 40% do PIB em 2014 para 114% do PIB em 2019, refletindo um crescimento substancial da dívida pública ao longo dos anos, particularmente em anos de baixa receita petrolífera. Após 2020, o ano que atingiu o maior valor de dívida correspondendo a 139%, ela reduziu-se para 67% do PIB em 2022, beneficiada pelo aumento do preço do petróleo. No entanto, para o ano de 2024 prevê-se que atinja os 77% (IMF,2024).

Dado o impacto do Covid, o acordo de moratória da dívida externa trouxe um alívio temporário nas finanças públicas em países mais vulneráveis como Angola. Neste período, existiu a suspensão dos pagamentos de dívida bilateral como reembolsos, juros e atrasados, fazendo com que adiassem o pagamento da dívida por um período que não excedesse os quatro anos (Resano & Gallego, 2021). Em suma, o país encontra-se numa situação vulnerável com o impacto dos preços do petróleo e está exposto à depreciação do Kwanza o que aumenta o custo da dívida. Além disso, cerca de 80% da dívida angolana é denominada em moeda estrangeira, incorrendo num risco cambial de exposição a moeda estrangeira (IMF,2024).

Observamos assim uma percentagem significativa do serviço da dívida no total do PIB, o que diminui a percentagem de investimentos públicos em infraestrutura, saúde e educação (IMF,2024). A nível da classificação de crédito de Angola pelas agências de crédito internacionais, para a Fitch, por exemplo, o nível actual é B -, o que traduz um ambiente alto de risco fruto da instabilidade da economia e dependência do petróleo. Esta situação indica que o país é especulativo e apresenta um risco substancial de não pagamento do serviço da dívida externa (FitchRatings, 2023).

Figura 3- Taxa de Câmbio média entre USD/AOA (2014-2024)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Banco Nacional Angolano dados (2024)

De acordo com a Figura 3, observamos no período de 2014 a 2024 um aumento da taxa de câmbio, ie, uma depreciação do Kwanza, o que significa que é necessária mais moeda nacional para comprar uma unidade de moeda estrangeira, neste caso o Dólar USD. Podemos observar que a taxa de câmbio entre kwanza e dólares aumentou de 98.41 em 2014 para 833.12 em 2024, refletindo uma depreciação da moeda nacional Kwanza face ao dólar.

Como se depreende do exposto, as receitas angolanas (quer em divisas quer em kwanzas) estão relacionadas com as receitas do petróleo, sendo que quando os preços do petróleo diminuem como ocorreu no período de 2014 a 2016, as receitas em dólares diminuem levando a uma redução das reservas de moeda estrangeira. Esta redução traduz-se na depreciação do Kwanza, o que significa um aumento da taxa de câmbio da Figura 3, devido à menor quantidade de dólares no mercado interno para serem trocados por Kwanzas. Por outro lado, em períodos de aumento do preço há a criação de mais receitas o que fortalece as reservas de moeda estrangeira e confere mais estabilidade ao Kwanza. Em suma, a taxa de câmbio é influenciada pela volatilidade dos preços do petróleo (Kamati, 2018).

Adicionalmente, a forte relação com o setor petrolífero prejudica setores como a agricultura e a indústria transformadora já que estes setores são afetados pelas receitas do

petróleo: quando existe um aumento das receitas a apreciação da moeda local acontece, fazendo com que as exportações agrícolas e industriais no mercado internacional se tornem mais caras em moeda estrangeira prejudicando a competitividade destes setores. Teoricamente é assim embora na prática seja tão exígua a sua produção e canalização para exportação que o seu efeito é ofuscado pelo comportamento do sector petrolífero. Além disso, a tendência do governo é dirigir recursos para este último setor, deixando uma menor percentagem para alocação de recursos públicos para a restante economia nacional. Também se verifica uma diminuição da mão de obra disponível utilizada pelo setor petrolífero na construção das infraestruturas necessárias, mão de obra essa que poderia estar alocada em trabalho agrícola, por exemplo (Porteous, 2022).

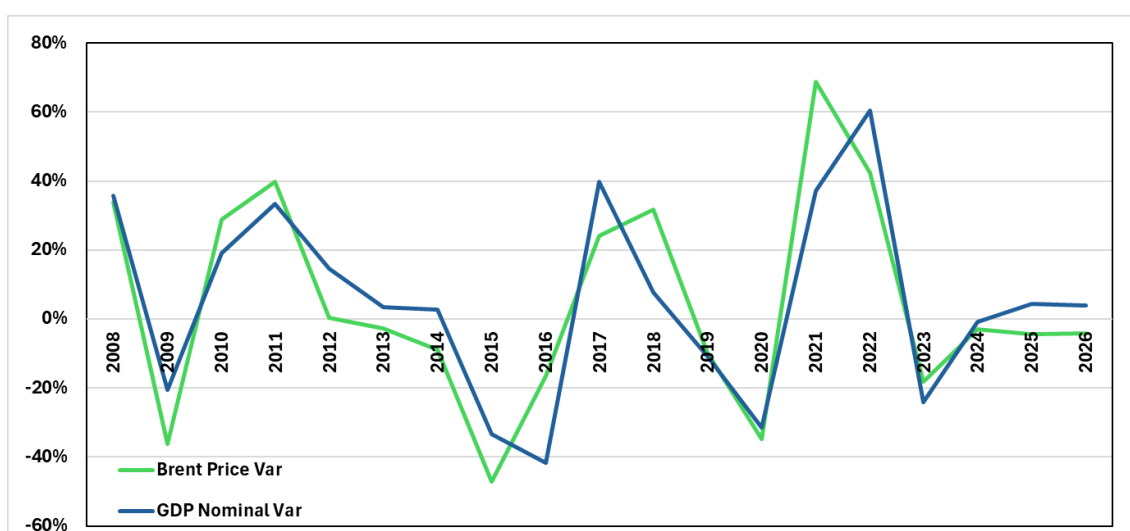
Face a toda a conjuntura, o FMI recomenda manter uma política monetária restrita, com o objetivo de conter a depreciação da taxa de câmbio e as pressões inflacionistas. A política monetária foi restrita para diminuir a pressão inflacionária desde junho de 2023, com o banco central, o BNA, a aumentar a taxa de juro em 150 pontos base para 18 % e os requisitos de reservas de moeda local em 300 pontos base para 20%. Com o aumento da taxa de juro o BNA reduz a procura por empréstimos, tornando-os mais caros e arrefecendo a economia. Além disso, espera-se, com este aumento torna-se mais atrativo para investidores estrangeiros, fortalecendo a moeda nacional e melhorando a balança de pagamentos. No entanto, a diminuição da procura por crédito, devido ao aumento dos seus custos, pode levar a uma desaceleração do crescimento económico com a diminuição de investimentos e inovação na atividade empresarial (IMF,2024). Aparentemente é isso que tem acontecido.

O FMI sugere a preservação da flexibilidade da taxa de câmbio como amortecedor face a choque externos. Através da flexibilidade cambial, a depreciação do Kwanza pode equilibrar a balança comercial quando existe queda nos preços do petróleo, tornando as exportações mais competitivas e compensando a perda de receitas. A utilização de uma taxa de câmbio flexível ao invés de câmbios fixos também reduz a especulação, pois o valor da moeda é determinado pelo mercado. Desta forma, o país pode ajustar a economia de acordo com as condições de mercado, melhorando a resiliência contra choques externos (IMF, 2024).

2.3. Dependência da Economia Angolana das receitas do petróleo

A figura abaixo (figura 4) ilustra a relação entre a variação anual do PIB Nominal de Angola e Preços do Petróleo no período de 2008 a 2026. No período de 2014 a 2016 verificou-se a tendência da queda do preço do petróleo que é acompanhada e reflete-se na queda do crescimento do PIB. Por outro lado, observamos que em períodos de recuperação do petróleo, acontece um aumento do PIB como nos períodos de 2010-2011 e de 2016-2018 (IMF, 2024).

Figura 4 - Variação anual do PIB Nominal de Angola e dos Preços do Petróleo (Preços médios do petróleo e Crescimento Nominal do PIB (em USD) (2008-2026)



Fonte: Elaboração própria com dados do *World Bank Database* (2024) US world and energy administration Data Base (2024).

Para aquilatar a importância da relação entre aquelas duas variáveis, foi realizada uma regressão estatística para 23 observações (2000 a 2023), tendo como variável dependente a variação do PIB nominal e como variável independente a variação média do preço do petróleo conforme os dados da Figura 5.

Figura 5 - Regressão estatística (2000-2023): variável dependente a variação do PIB e variável independente a variação do preço do petróleo.

SUMMARY OUTPUT

<i>Regression Statistics</i>	
Multiple R	0,804776
R Square	0,647664
Adjusted R Square	0,602209
Standard Error	0,206362
Observations	23

ANOVA

	<i>df</i>	<i>SS</i>	<i>MS</i>	<i>F</i>	<i>Significance F</i>
Regression	1	1,722159758	1,72216	40,44035178	2,64043E-06
Residual	22	0,936874014	0,042585		
Total	23	2,659033772			

	<i>Coefficients</i>	<i>Standard Error</i>	<i>t Stat</i>	<i>P-value</i>	<i>Lower 95%</i>	<i>Upper 95%</i>	<i>Lower 95,0%</i>	<i>Upper 95,0%</i>	
Intercept	0,601117	0,903957	0,142147892	6,359273	2,12457E-06	0,609160551	1,198754	0,609161	1,198754

Fonte: Elaboração própria com dados do *World Bank Database* (2024) US world and energy administration Data Base (2024).

Existe uma correlação forte de 80% entre o PIB e as receitas do petróleo, demonstrando a forte dependência da economia angolana em relação ao setor petrolífero. De acordo com a Figura 5, o coeficiente associado ao preço do petróleo é aproximadamente 0.601, indicando que, para cada unidade de aumento do preço do petróleo, o PIB de Angola aumenta em 0.601 unidades, mantendo todas as outras variáveis constantes. O coeficiente de correlação múltipla é 0.805, o que indicia correlação moderadamente forte entre o PIB angolano e o preço do petróleo. O R quadrado é 0.648 o que significa que 64.8% da variação do PIB pode ser explicada pelo preço do petróleo, e o R quadrado ajustado ao modelo de 0.60 indica um ajuste moderado ao modelo. Além disso o valor P tem um valor muito baixo, o que indica que é uma

regressão com significância estatística. A partir da regressão concluímos uma alta dependência do petróleo, o que ressalta a importância da flutuação do preço do petróleo no desempenho económico angolano.

Apesar do país ser rico em petróleo e minérios, enfrenta desafios económicos e institucionais impedindo o seu desenvolvimento. Estes desafios passam, como já foi visto anteriormente, pela dependência excessiva das receitas destes recursos e volatilidade dos preços do petróleo, adicionado à corrupção, instituições, gestão dos recursos e dívida soberana (Biedermann, Barczikay, & Szalai, 2023). É assim necessária a diversificação da economia, foco em políticas de controlo de inflação, gestão das receitas de petróleo, bem como consolidação fiscal com a reforma dos subsídios aos combustíveis (IMF, 2024)

3. Exportações angolanas

3.1 Gestão do Fundo soberano de Angola FSDEA

A gestão das instituições em países abundantes em recursos naturais é fundamental para gerir as receitas dos recursos. Em épocas de altos retornos, a qualidade das instituições, a sua gestão e a implementação de regras fiscais são determinantes para garantir estabilidade nos países (António & Rodriguez-Gil, 2020). A gestão das receitas dos recursos varia por país, tendo em conta fatores institucionais e políticos e os resultados são opostos.

Por um lado, na Nigéria as instituições falharam em diversificar a economia além do petróleo, resultando numa dependência da importação de alimentos. Além disso, o país apresenta altos níveis de corrupção, ocupando a posição 150ª da posição do índice de perceção da corrupção (Ali Elwerfelli, 2018).

Por outro lado, o modelo norueguês é apontado como um modelo de sucesso na gestão das receitas de petróleo, com investimentos no exterior e estratégia de diversificação dos ativos. Em 2006, foi criado o fundo de pensões do governo, com o objetivo de gestão das receitas do petróleo e de forma a acautelar as flutuações do preço do petróleo (Torres, 2015). Segundo o Resource Governance Index, em 2017 a Noruega foi classificada em primeiro lugar em 81 países ricos em recursos naturais, com uma pontuação de 86/100. Os valores elevados devem-se a regras de mobilização rigorosas, sendo que apenas 4% do fundo é utilizado para pagar serviços públicos, enquanto a restante percentagem é destinada a acautelar potenciais choques. Além disso, o fundo não pode ser mobilizado antes do recurso natural acabar (RGI, 2024).

Cada país tem um contexto único e para o modelo de gestão das receitas ter resultado na Noruega, quando o país implementou o fundo, já contava com uma economia estável, desenvolvida a nível de infraestrutura e com baixos níveis de corrupção. Além disso, ao mesmo tempo, o país apostou em investimentos de indústrias complementares para diversificação da economia (Torres, 2015). Assim, cada país tem um contexto único. No caso de Angola existe, por exemplo, um défice de infraestrutura, sendo assim necessário um modelo adaptado às necessidades do país. Além disso, (o país) não dispõe das condições iniciais de modelos de sucesso como a Noruega, o que não significa que o modelo vá fracassar, mas dá ênfase a problemas estruturais que podem surgir (Ackah, 2021).

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) foi criado em 2011 sob a supervisão do Banco Nacional de Angola, com um capital inicial de 5 biliões de dólares. De acordo com a lei, adicionalmente, o FSDEA deve receber o excesso dos fundos de estabilização quando não são necessários para o orçamento. Porém, não receberam injeções adicionais desde a sua criação. O Fundo tem como objetivo gerir as receitas do petróleo com o intuito de desenvolver a infraestrutura e minimizar os efeitos da volatilidade do preço do petróleo (Markowitz, 2020). Contudo, de acordo com o Resource Governance Index, em 2017 Angola obteve uma classificação baixa de 35/100, o que resulta de corrupção e falta de transparência. É necessária legislação para regular a declaração de ativos de funcionários do Fundo. Além disso, são necessárias regras de retirada dos Fundos pois sem limites estabelecidos pode resultar no uso indevido dos recursos para fins políticos (RGI, 2024).

O Fundo aderiu aos princípios de Santiago que exige auditorias externas. Contudo, existe uma lacuna no código de conduta que evite conflitos de interesses. Em 2017 o Fundo foi alvo de escrutínio público. O órgão de gestão do Fundo foi acusado de lavagem de dinheiro e conflito de interesses, dado que nomeou para a sua gestão um amigo sem recorrer a concurso público. Além disso, o Fundo investiu milhões de dólares em ativos onde o gestor tinha interesses pessoais, o que traduz a falta de regras para evitar conflitos de interesses. Em 2019, o presidente do país retirou 2 mil milhões de dólares do FSDEA para financiar o programa integrado do orçamento, focado no desenvolvimento de energia, água, saúde e serviços básicos, o que demonstra a falta de regras claras de retirada de ativos, sendo que os mesmos foram feitos à discrição do ministério das finanças. A sustentabilidade do Fundo angolano é colocada em causa com a falta de regulação do mesmo, quando quase metade do balanço foi retirado arbitrariamente (Markowitz, 2020).

Ao contrário de Angola, o Gana, por exemplo, dispõe de políticas firmes de retirada dos fundos petrolíferos para que sejam usados de forma sustentável. No Resource Governance Index, obtém a pontuação de 78/ 100 em 2021 e o fundo de estabilização obteve 100 pontos, devido à divulgação dos ativos, à adoção de lei fiscal em 2018 para limitar os gastos em tempos de elevadas receitas, e a regras estabelecidas de regulação de depósitos e retiradas (RGI, 2024).

3.2. Estratégia de Diversificação Económica em detrimento de estabilização fiscal.

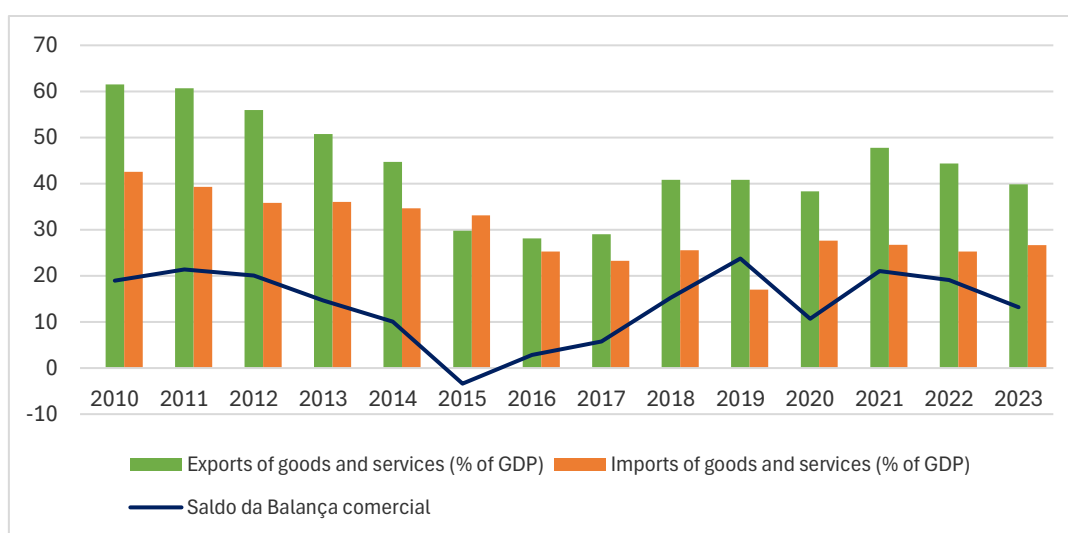
Os autores (Chang & Lebdioui, 2020) afirmam que a estratégia convencional de compatibilizar a volatilidade fiscal com a estabilização fiscal é um tema que necessita atenção. A criação do Fundo Soberano Angolano com investimento em ativos estrangeiros, semelhante ao modelo norueguês, tem como objetivo a estabilização fiscal e maximização das receitas dos recursos naturais. Tal deverá permitir que o governo acumule reservas em período de alta nos preços do bem, e utilizem os recursos em tempos de baixa, ajudando a suavizar as flutuações da receita. Deste modo se garante que o governo tenha meios financeiros disponíveis para financiar os serviços públicos e investimentos, mesmo em tempos de crise. Em suma, estratégias de estabilização mitigam a flutuação do preço do recurso, contudo não resolvem a falta da capacidade produtiva, a menos que envolvam investimentos que impulsionem a economia.

Esta estratégia não resolve a causa raiz da volatilidade das receitas do petróleo pela grande dependência que o país tem de um único setor. Neste sentido, o objetivo final deve passar por transformar a estrutura produtiva e pela diversificação das receitas das exportações. Desta forma, estruturalmente é criada estabilidade fiscal e assim reduz definitivamente a dependência do setor do petróleo com o uso das receitas para impulsionar setores de exportação e aumentar a sua produtividade. Os autores sugerem que as receitas dos recursos sejam gradualmente investidas na economia para estimular a capacidade local, focando em setores transacionáveis, evitando conflito de interesse político e rent-seeking. Além disso, argumentam que esta forma de investimento em ativos domésticos é a forma de assegurar a redistribuição dos benefícios pelas gerações vindouras (Chang & Lebdioui, 2020).

3.3. Panorama das exportações e importações angolanas.

Nesta secção será feita uma breve análise do panorama das exportações angolanas. Nos últimos três anos, conforme a Figura 6, verificamos uma diminuição das exportações em percentagem do PIB que passou de 47% em 2021 para cerca de 39% em 2023. A conjugação de uma diminuição acentuada na quantidade produzida e exportada de petróleo e da volatilidade do seu preço no mercado internacional ajudam a explicar fortemente este movimento. No mesmo período, as importações em percentagem do PIB mantiveram-se constantes, sendo que representavam cerca de 26% e o saldo da balança comercial diminuiu.

Figura 6- Exportações e importações de bens e serviços (em % do PIB) (2010 - 2023)



Fonte: Elaboração própria com dados do *World Bank Database* (2024)

Com base nos dados das exportações angolanas da *trade map* para o período de 2015 a 2022 conforme a Figura 7, verifica-se que o maior destino de exportação de Angola é a China. Em 2022, cerca de 43% das exportações angolanas tiveram como destino a China, o que reflete a crescente importância deste país como parceiro comercial, nomeadamente em produtos como o petróleo. Seguiu-se a União Europeia para onde Angola exporta cerca de 25% do total das suas exportações. De notar que a exportação para os Estados Unidos tem vindo a diminuir, passando de 4% em 2015 para 1% em 2022. Por fim, é importante destacar a baixa proporção do total das exportações angolanas para o bloco regional SADC e para África.

Figura 7- Exportações de Angola por destino (em %) (2015 - 2022)

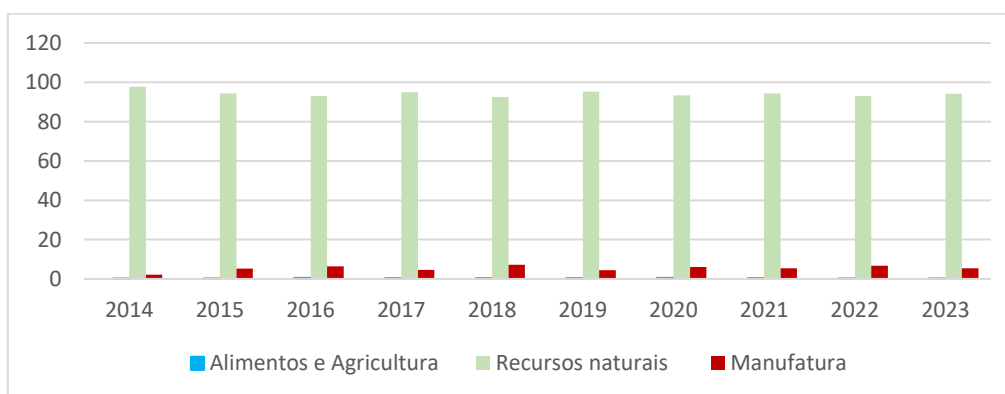
Destino das Exportações Angolanas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
SADC	4%	5%	4%	4%	1%	1%	2%	2%
China	45%	50%	56%	57%	61%	62%	60%	43%
Estados Unidos	4%	5%	3%	4%	3%	2%	1%	1%
Africa	5%	6%	5%	5%	2%	2%	3%	3%
União Europeia (27)	19%	13%	7%	9%	12%	9%	7%	25%

Fonte: Elaboração própria com dados do Trade Map

<https://www.trademap.org/Index.aspx>

A nível da distribuição das exportações angolanas por segmento de produto, conforme a Figura 8, os recursos naturais obtêm a maior participação no total das exportações desde 2014. Em 2023 representaram 94% das exportações, o que destaca a dependência de Angola deste setor. O setor da manufatura tem um peso reduzido no total das exportações do país e em 2023 apenas representaram 5% do total das exportações. Por fim, o setor de Alimentos e Agricultura é o menos significativo no total das exportações com apenas 0.28% das exportações (Trade Map, 2024).

Figura 8- Exportações de Angola agregadas por categoria de produtos (%) (2014 a 2023)

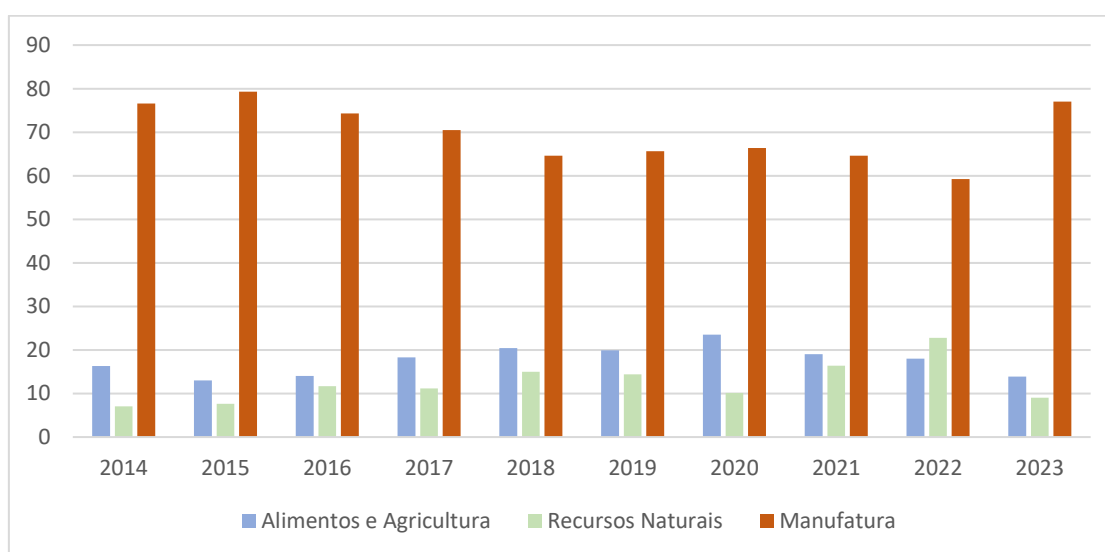


Fonte: Elaboração própria com dados do Trade Map

<https://www.trademap.org/Index.aspx~>

Quanto às importações, de acordo com os dados da Figura 9, o setor principal de produtos importados por Angola são os produtos industriais transformados que, em 2023, representavam 77% das importações, refletindo uma capacidade de indústria nacional muito limitada.

Figura 9 - Importações Angolanas agregadas em categorias de produtos (%) (2014 - 2023)



Fonte: Elaboração própria com dados do Trade Map <https://www.trademap.org/Index.aspx>

O setor de Alimentos e Agricultura teve uma menor participação, representando cerca de 13% das importações em 2023. Isto pode indicar que apesar do potencial agrícola, o país ainda recorre a produtos externos para satisfazer o consumo interno e para complementar a produção local. Por fim, os recursos naturais têm um peso reduzido no total das importações angolanas com cerca de 9%, uma vez que o país, embora um grande exportador neste segmento, não tem estrutura produtiva montada para fazer a sua transformação a não ser numa pequena escala de refinação, ainda assim insuficiente, para o mercado interno, (Trade Map, 2024).

3.4. A competitividade das exportações.

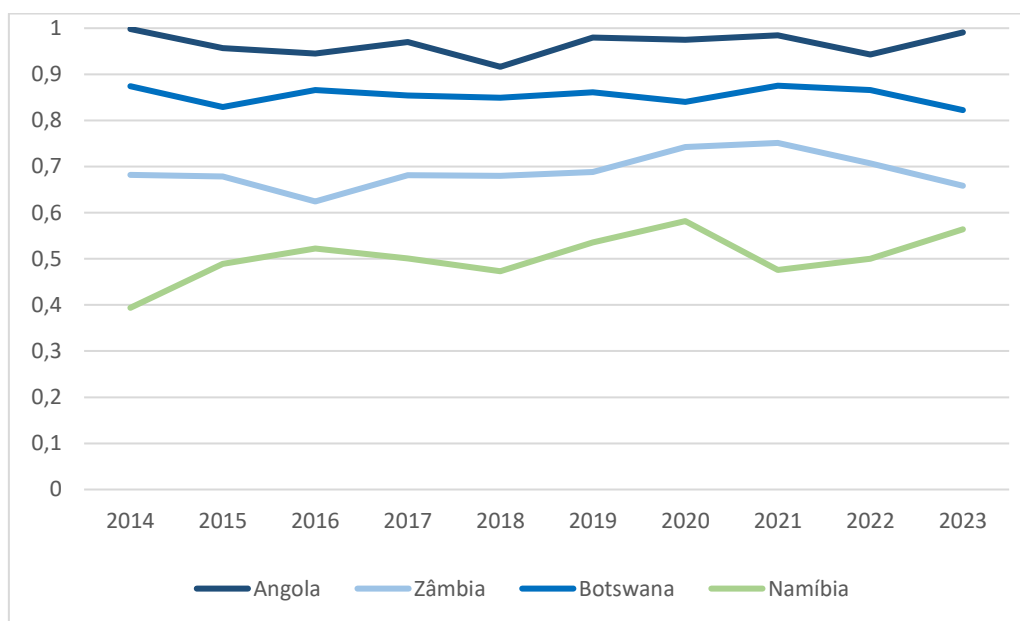
Um outro aspeto importante de analisar nesta dissertação diz respeito à competitividade das exportações em Angola em comparação com países da sua região e com um peso elevado de recursos naturais nas exportações totais. O foco na análise é a

concentração das exportações. Para isso irá ser utilizado o Índice de Herfindahl-Hirschman (HHI) para determinar o grau de diversificação das exportações de um país. O índice é calculado através da soma dos quadrados das percentagens de exportações de cada setor, com a seguinte fórmula (Erkane & Bozduman, 2021)

$$HHI = (Si)^2$$

Na fórmula, o HHI representa um rácio de concentração em que Si corresponde à percentagem de exportação de um determinado setor no total das exportações. O índice devolve um resultado de 1 a 0, sendo que valores próximos de 0 indicam uma forte diversificação das exportações, enquanto o valor próximo de 1 aponta para uma alta concentração e baixa diversificação das exportações. Se o valor do índice exceder os 0.25 a concentração já é considerada elevada, com uma dependência de poucos setores e com um impacto negativo na competitividade do país (Erkane & Bozduman, 2021).

Figura 10 - Índice de Hirschman-Herfindahl Index (2014 - 2023)



Fonte: Elaboração própria de cálculos com base nos dados *Trade Map* <https://www.trademap.org/Index.aspx>

De forma a compreender a concentração das exportações em Angola, foram extraídos da base de dados do *Trade Map* a participação de cada setor nas exportações totais de produtos. De seguida, as exportações de produtos foram agrupadas por três setores: de Alimentação e Agricultura, Recursos Naturais e Manufatura, de forma a ter uma visão abrangente da estrutura de exportações. Posteriormente, para calcular o índice

de Hirschman-Herfindahl foi feita a soma dos quadrados por setor de exportação de produto. Conforme a Figura 10, o resultado é um índice de HHI para Angola muito elevado, próximo de 0.99 em 2023, traduzindo pouca diversificação e um alto nível de concentração das exportações de recursos naturais no total das exportações.

Como termo de comparação foram selecionados da região da África Austral e integrantes da zona económica do SADC. Deste modo, a Zâmbia apresenta um HHI de 0.65, sendo que o setor que mais contribui no total das exportações é o cobre e seus artigos derivados com 64.48%. O Botswana tem um HHI de 0.82, com o setor dos metais preciosos e semipreciosos e pérolas a pesar 79.19% no total das suas exportações. A Namíbia tem um HHI de 0.56 e com 40.88% das exportações referentes a metais preciosos e semipreciosos. Os países selecionados têm um HHI consideravelmente mais baixos do que Angola, ou seja, existe uma base de exportação mais equilibrada. Contudo, mesmo assim são valores elevados de concentração de exportações no setor específico de recursos naturais.

3.5. Setores com mais potencial das exportações angolanas.

De forma a avaliar os setores com mais potencial nos últimos anos, foi calculada a taxa de crescimento anual composta (CAGR)¹³, bem como o valor médio da exportação para avaliar os setores com mais potencial entre 2015 a 2023. Além disso, foi calculada a vantagem comparativa revelada (RCA)¹⁴, de forma a identificar os produtos mais competitivos em comparação com o mercado mundial. A Figura 11 demonstra o desempenho das exportações com maior potencial entre de 2015 a 2023 com a exceção de setores de petróleo e diamantes. Foi calculado o CAGR (a taxa é apresentada por ordem decrescente) bem como o valor médio de exportação nesse período. Nos últimos 8 anos são destacados os setores de exportação com mais potencial, considerando dois fatores: o crescimento anual (CAGR) superior a 20% que traduz o rápido crescimento do setor e um valor médio das exportações superior a mil dólares, de forma a destacar setores com participação substancial nas exportações (ADB, 2019).

Dentro dos 94 setores, 7 deles correspondem aos dois critérios (Figura 11), nomeadamente, crescimento acima dos 20% e valor médio das exportações superior a mil

¹³ *Compound Annual Growth Rate (CAGR)*, é utilizada para verificar o desempenho das exportações, através da medição do crescimento médio das exportações no período selecionado.

¹⁴ *Revealed Comparative Advantage (RCA)*, é utilizada para comparar a participação de um setor nas exportações totais de um determinado país, se o valor for maior que 1 representa uma vantagem comparativa revelada, se for inferior a uma desvantagem comparativa revelada.

dólares: o setor do cobre e seus artigos derivados, os frutos e artigos de pedra e cimento obtiveram um CAGR elevado entre 35% a 64% com valor médio de exportação superior a mil euros. Dentro do crescimento moderado entre os 20% a 31% e com um valor médio de exportação significativo são destacados os setores do ferro e aço, setores de resíduo de indústria alimentícia, o setor do vidro e do alumínio e artigos derivados.

Figura 11- Taxa de crescimento anual composta (CAGR) e Valor médio da exportação em Angola (2015 - 2023)

Product label	Exported value in 2015	Exported value in 2023	CAGR%	Average value	Export
All products	\$44 731 531,00	\$38 229 357,00	-1,94%	\$36525667,44	
Cocoa and cocoa preparations	\$24,00	\$1243,00	63,79%	\$199,22	
Copper and articles thereof	\$590,00	\$30 377,00	63,67%	\$4 351,11	
Edible fruit and nuts; peel of citrus fruit or melons	\$257,00	\$12 414,00	62,37%	\$3 988,67	
Articles of stone, plaster, cement, asbestos, mica or similar materials	\$259,00	\$3 009,00	35,88%	\$1 090,56	
Explosives; pyrotechnic products; matches; pyrophoric alloys; certain combustible preparations	\$47,00	\$491,00	34,08%	\$493,33	
Iron and steel	\$5460,00	\$44 903,00	30,13%	\$16 983,56	
Residues and waste from the food industries; prepared animal fodder	\$5307,00	\$35 708,00	26,91%	\$11 042,78	
Glass and glassware	\$2656,00	\$17 690,00	26,74%	\$6 535,33	
Clocks and watches and parts thereof	\$119,00	\$717,00	25,17%	\$293,00	
Aluminium and articles thereof	\$8055,00	\$39 967,00	22,17%	\$8 293,89	
Edible vegetables and certain roots and tubers	\$1188,00	\$4 866,00	19,27%	\$1 900,22	
Albuminoidal substances; modified starches; glues; enzymes	\$33,00	\$121,00	17,63%	\$113,56	
Salt; sulphur; earths and stone; plastering materials, lime and cement	\$36820,00	\$111 883,00	14,90%	\$66 663,89	
Lead and articles thereof	\$2327,00	\$6 484,00	13,67%	\$1 275,44	
Fertilisers	\$435,00	\$1 144,00	12,85%	\$535,56	
Dairy produce; birds' eggs; natural honey; edible products of animal origin, not elsewhere ...	\$1243,00	\$2 603,00	9,68%	\$816,67	

Fonte: Elaboração própria de cálculos com base nos dados do Trade Map <https://www.trademap.org/Index.aspx>

A vantagem comparativa revelada (RCA) foi calculada para 2023 com o objetivo de medir a medir em relação ao mercado mundial, África e SADC e analisar os setores mais promissores. Assim, foi calculado a RCA utilizando o valor das exportações de cada

produto em relação ao total das exportações angolanas, comparando com o valor das exportações no mercado mundial, africano e da SADC. Se o indicador for superior a 1 o país tem vantagem comparativa revelada no produto, ou seja, é mais competitivo em comparação com o país ou grupo de controle.

À exceção do setor do petróleo que apresenta um RCA elevado, os setores que mais se destacam com vantagem competitiva, conforme a Figura 12, são o aço e ferro com uma vantagem competitiva de 3 no mercado africano, as caldeiras de aquecimento (*boilers*) apresentam um RCA de 2.5 no mercado africano. O cimento obteve um RCA próximo de 1 no mercado mundial. Além disso, produtos como o chumbo, resíduos da indústria alimentar, alumínio e navios e barcos, têm vantagem competitiva revelada no mercado africano. Sendo que devido ao domínio das exportações de petróleo ainda existem poucos setores com forte base competitiva (ADBG, 2019).

Figura 12- Vantagens comparativas reveladas por setor em comparação com mundo, africa e SADC (2023)

Product label	RCA Angola/Mundo	RCA Angola/Africa	RCA Angola/SADC
Semi-precious stones,precious metals,	1.33	164	0.32
Mineral fuels,	6.9	9.7	4.0
Iron and steel	0.06	3	0.38
Nuclearreactors, boilers,	0.05	2.5	0.17
Salt; sulphur; earths, cement	0.97	0.18	0.23
Lead and articles thereof	0	2	0.5
Aluminium and articles thereof	0.1	1.67	0.06
Residues and waste from the food industries;	0.18	1.13	0.25
Ships, boats and floating structures	0.02	1	0.07

Fonte: Elaboração própria de cálculos com base nos dados do Trade Map <https://www.trademap.org/Index.aspx>

Em suma, os setores a serem considerados como potenciais devido à taxa de crescimento das exportações superior a 20%, valor médio de exportação superior a mil dólares e vantagem comparativa revelada em relação a outros países são o ferro e aço, o cimento, o alumínio e resíduos alimentares.

4. Fatores potenciadores das exportações angolanas.

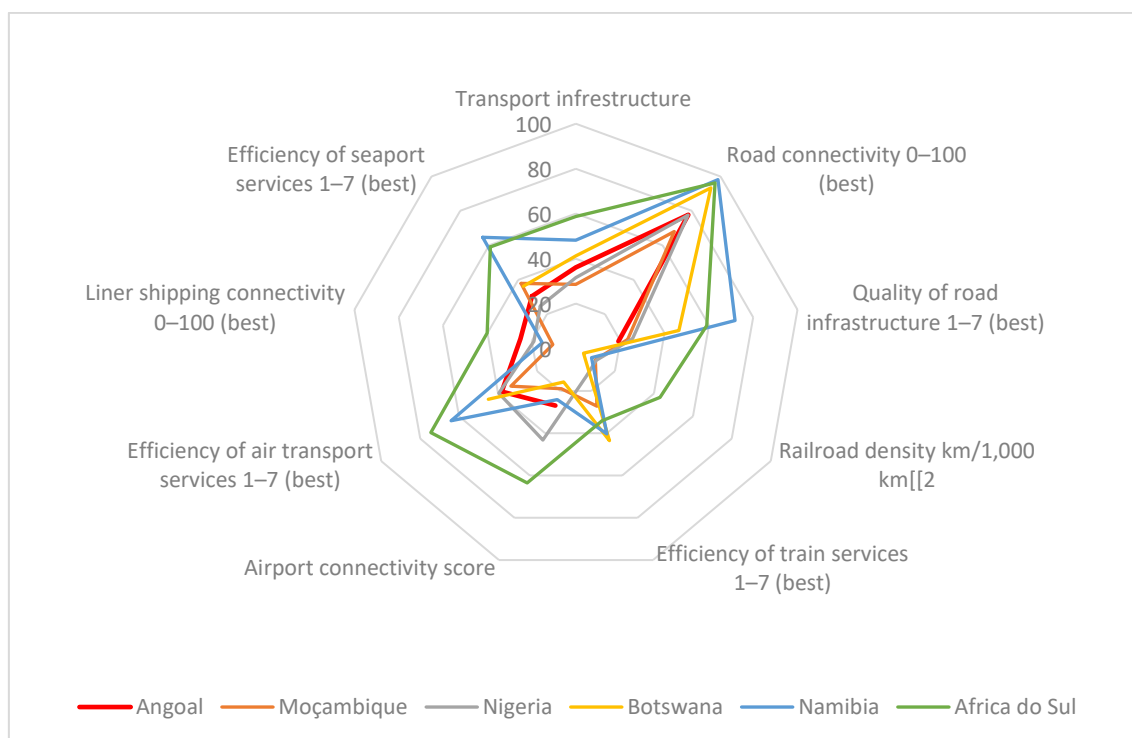
De acordo com a literatura existem diversos fatores potenciadores das exportações de um país. No caso de Angola irão ser destacados o papel da infraestrutura na melhoria das rotas comerciais, o ambiente de negócios e a promoção de acordos internacionais de comércio, com o objetivo de aumentar a diversificação económica em Angola.

4.1 Infraestrutura

Durante os anos de guerra civil a maioria das infraestruturas angolanas ficaram destruídas. Depois da guerra civil, grande parte do gasto público em infraestruturas concentrou-se no setor dos transportes, com dois terços do gasto investido em estradas. Entre 2002 a 2009, o governo alocou 2.8 biliões de dólares em construção de estradas e nos 10 anos seguintes foram feitos investimentos de 2.1 biliões de dólares que correspondem a 2.1% do PIB. Foi estimado que, de 2020 a 2025 sejam necessários 924.8 milhões de dólares em reabilitação de estradas (Benmaamar, Arroyo, & Eduardo, 2020). Campos (2023) explora o impacto de infraestrutura de transportes como estradas, portos e ferrovia no crescimento das exportações angolanas e conclui que o investimento em infraestrutura tem impacto positivo no crescimento das exportações angolanas.

Apesar dos investimentos feitos, ainda existem lacunas nas infraestruturas de transporte. Em parte, isto deve-se à gestão ineficiente dos recursos dado que para o gasto efetuado poderiam ter sido construídas cerca de 3 vezes mais quilómetros de estradas nacionais. Entre 2008 e 2017, o governo gastou cerca de 20 biliões de dólares, o que representa cerca de 2.52 milhões de dólares por Km o que é elevado comparado com o custo unitário de referência de 0.8 a 1 milhão de dólares por Km. Além disso, cerca de 64% das estradas angolanas estão em má condição, dado que é alocado um investimento residual para manutenção das obras públicas de apenas 3.5% do orçamento, resultando numa perda de cerca de 25% do valor da estrutura por falta de manutenção (Benmaamar, Arroyo, & Eduardo, 2020).

Figura 13 - Qualidade das infraestruturas em Angola em comparação com países selecionados, no ICG 2019 *.



*. Nenhuma avaliação para Railroad density e Efficiency of train services.

Fonte: Índice de competitividade Global do Fórum Económico, Mundial, https://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf

A partir dos dados da Figura 13, do Índice de competitividade global, é possível perceber o estado das infraestruturas angolanas em relação aos outros países. Apesar dos investimentos realizados em infraestrutura, Angola ainda não está tão desenvolvida neste sector quanto os pares. A nível dos transportes, o país ocupa a posição 116 entre 141 países, o que demonstra a necessidade de desenvolvimento desta infraestrutura. Além disso, tem uma pontuação de 36.2 ficando atrás de países como a Africa do Sul, Namíbia e Botswana. Pela localização costeira, o país destaca-se pela conectividade marítima, com a segunda melhor pontuação dos países selecionados, e nos serviços de transporte aéreo em relação aos pares. Apesar de bons acessos marítimos, são necessárias ligações terrestres para ligar ao interior do país. Angola enfrenta desafios no setor ferroviário e obtém uma baixa pontuação de 19.2 na qualidade das estradas (Schwab, 2019).

A densidade espacial das estradas por província angolana concentra-se em províncias costeiras como Cabinda e Luanda, enquanto províncias no interior como Moxico, Cunene e Cuando Cubango têm densidades inferiores à média angolana de 3.3Km por 100 Km², um valor baixo em comparação com países da Africa Subsariana. O défice de infraestrutura angolana impacta ainda no escoamento de produtos agrícolas em áreas rurais aumentando o tempo de transporte. A falta de conectividade a nível de transportes faz com que exportações entre zonas africanas possam demorar entre 49 a 531 dias, tornando o custo e o tempo de transporte um fator decisivo para a competitividade das empresas angolanas. As principais províncias a este e a norte de Angola como Moxico, Uíge, Lunda Sul e Malanje, representam 2/3 do valor da produção agrícola do país. Contudo, cerca de 71% da produção não chega aos mercados para comercialização devido à falta de infraestrutura de transportes. Mesmo a percentagem que chega a mercados enfrenta dificuldades e apenas 37% chega em menos de duas horas. Por exemplo, na província de Moxico, que tem a maior produção agrícola que corresponde a 16% do total da produção agrícola nacional, cerca de 83% do valor não chega aos principais mercados o que reflete a falta de conectividade dado que a província tem uma densidade espacial de estradas abaixo da média nacional (Benmaamar, Arroyo, & Eduardo, 2020).

A melhoria de infraestrutura não só facilitará o escoamento de produtos no mercado interno angolano como no comércio com países vizinhos como a Zâmbia e o Botswana. Angola está numa posição favorável a nível geográfico com uma vasta área de costa, permitido a comercialização de produtos internacionais, ao contrário de países como a Zâmbia e o Botswana com acesso limitado a zona costeira. O investimento rodoviário e ferroviário do corredor de Lobito tem a potencialidade de interligar estes mercados, aumentar as trocas entre estes mercados e com o resto do mundo. Em 2023 foi definido o acordo da agência de facilitação do trânsito no Corredor do Lobito para harmonização de políticas entre os três países e com o objetivo de uma rota eficiente de transporte de bens. Este acordo tem como intuito melhorar a cadeia de valor, escoamento agrícola de energia, o transporte de energia e incentivar maior participação das PME nas cadeias de valor minério e comércio ao longo do Corredor. Além disso, é expectável a redução do tempo de transporte e custos logísticos, tornando por exemplo o trajeto Zâmbia-Lobito mais curto e eficiente para exportação de minerais (CE (Comissão Europeia), 2023).

4.2. Ambiente de negócios

O relatório Doing Business em 2020 avalia o ambiente de negócios e a regulação e a facilidade que uma empresa tem de fazer evoluir os seus negócios. Em 2020 Angola ocupava a posição 177 entre 190 economias, ficando atrás de países como Moçambique África do Sul e Botswana, o que demonstra a necessidade de reformas no ambiente de negócios para potencializar as exportações. No comércio internacional, o país ocupa a posição 174º o que traduz os custos elevados e tempo e burocracia associados ao processo. Em 2019, Angola fez esforços no sentido de desenvolver um sistema de automatização de dados aduaneiros, o ASYCUDA, que facilitou a exportação e importação (World Bank, 2020).

Além disso, o país ocupava a posição 186 na capacidade de execução de contratos, o que afeta a confiança de parceiros comerciais e financiadores. Em 2018, o país adotou uma lei que regula todos os aspetos da mediação como resolução de disputas. Por fim, o país também enfrenta dificuldades na obtenção de crédito, com a posição 185 a refletir a dificuldade de obtenção de crédito para financiar o crescimento das empresas. A melhoria deste indicador é crucial para a criação de melhores condições de exportação para as empresas angolanas competirem no mercado internacional. Um dos desafios é a limitação no tipo de ativo que pode ser usado como colateral e a falta de registos adequados, sendo que se a empresa não tem o colateral é difícil obter o empréstimo. A obtenção de um colateral é fundamental para avaliar o risco de crédito, sendo que o banco aplica *spread* mais elevado a empresas com mais risco de não cumprimento do serviço da dívida (World Bank, 2020).

4.3. Acordos comerciais

A aposta em acordos comerciais em Angola é fundamental para ampliar o acesso a mercados internacionais e promover o crescimento de setores não petrolíferos. Ainda existem vários constrangimentos para as empresas exportadoras. O país ainda cobra imposto de selo sobre as exportações de 0.5% sobre o valor aduaneiro do produto exportado, o que vai contra o acordo geral sobre as tarifas aduaneiras e comércio da OMC. Conforme este acordo, os custos aduaneiros devem refletir o custo do serviço e o imposto

de selo faz com que as exportações sejam menos competitivas em mercado de exportação. Em 2019 o país ratificou o acordo de facilitação do comércio da OMC com o objetivo de reduzir a burocracia, incentivar a exportação do setor não petrolífero, aumentar a competitividade e melhorar o ambiente de negócios, reduzir burocracia alfandegária e harmonizar regras entre países membros (Thaís, Satiro, & Narciso, 2022).

Esforços para a promoção do comércio africano também são essenciais, destacando-se o Acordo de Livre Comércio Continental africano, que abrange 55 países para a criação de uma zona de livre comércio e integração económica. O objetivo principal é aumentar o comércio intra-africano através de redução e eliminação de barreiras e tarifas para facilitar o comércio entre os países africanos, estimulando as exportações não petrolíferas no caso angolano. Além disso, o desenvolvimento regional é uma ferramenta importante para a facilitação do comércio com a comunidade SADC, a qual possui protocolo de facilitação de comércio entre os 16 países membros e com foco na integração. Tanto a AfCFTA quanto a SADC é crucial para a integração económica e ambos os projetos se complementam (Abrego et al. (2019).

Além destes acordos multilaterais, acordos bilaterais como a Convenção Portugal-Angola são relevantes para ambas as partes. Esta tem um montante global de 2 Biliões de euros com garantia do Estado português destinado a garantir os financiamentos concedidos por instituições de crédito a empresas de exportação portuguesa, com obras priorizadas pelo governo angolano. Um dos projetos ao abrigo da Convenção foi a de Empreitada de Reabilitação da EN 250 (troço Lumenge- Cameia- Lucano-Luau) na província de Moxico, no valor global de 203 milhões de euros. Este projeto é fundamental para Angola. Por um lado, o Moxico é uma província com baixa densidade espacial de estradas e com muita produção agrícola, sendo que pode potenciar o escoamento de produtos e, por outro, a estrada facilitará a comercialização de mercadorias no Corredor do Lobito. Assim, este acordo potencia a facilidade de exportar de Angola ao melhorar a infraestrutura, mas também beneficia as empresas portuguesas exportadoras que irão realizar as obras em território angolano (Despacho n.º 6217-B/2023, 2023).

Conclusão:

Ao longo do trabalho foi analisada a dependência da economia angolana em relação ao petróleo e a necessidade da diversificação da economia para garantir um futuro sustentável. Apesar da abundância de recursos naturais, nomeadamente do petróleo, o país enfrenta diversos desafios como a vulnerabilidade do preço do petróleo, crescente dívida externa e necessidade de reformas estruturais. A dependência das receitas do petróleo torna o país vulnerável a choques externos o que ressalta a necessidade de uma estratégia de diversificação a longo prazo.

Face ao contexto instável da economia angolana, o governo implementou a criação do Fundo Soberano para gestão das receitas do petróleo angolanas. Contudo, esta ferramenta de gestão do recurso natural apenas minimiza o efeito da volatilidade das receitas do petróleo, não resolve a raiz do problema que é a dependência de um setor. Neste sentido, a estratégia passa pela transformação da base das exportações. O trabalho identificou setores com mais potencial utilizando critérios como a elevada taxa de crescimento das exportações sectoriais, alto valor médio de exportação significativo na economia angolana e vantagem comparativa revelada em relação a outros países. Os setores identificados foram os seguintes: ferro e aço, cimento, alumínio e resíduos alimentares.

Por fim são destacados fatores que podem ser potenciadores da diversificação das exportações angolanas com o intuito de facilitar o comércio e atrair os investimentos. Foi destacado o estado da infraestrutura e a necessidade de existirem melhorias para diminuir os tempos de comercialização e facilitar as trocas comerciais. Além disso, foram destacados no âmbito do ambiente de negócios os setores com baixa classificação em comércio internacional, capacidade de execução de contratos e obtenção de crédito, fundamentais para mudar o ambiente de negócios das empresas angolanas. Por fim, foi destacado a importância dos acordos de comércio para impulsionar exportações. Como sugestão de estudos futuros, é fundamental explorar a relação com países da SADC e que podem aumentar a sua relação comercial e os acordos comerciais para melhorar as suas exportações. Utilizar o espaço regional para fomentar as exportações pode ser uma estratégia eficaz para fortalecer as exportações e fomentar a diversificação econômica.

Bibliografia

- Abrego, L., Amado, M. A., Gursoy, T., Nicholls, G. P., & Perez-Saiz, H. (2019). The African Continental Free Trade Agreement: Welfare Gains Estimates from a General Equilibrium Mode (WP/19/124). *IMF Working Paper WP/19/124*, 1-32.
- Ackah, I. (2021). No African country is Norway! A perspective on sovereign wealth funds and the energy transition. *Energy Research & Social Science*, 75, 1-8.
doi:<https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102048>
- ADBG (African Development Bank Group). (2019). *Estudo sobre a diversificação das exportações Angolanas*. African Development Bank Group.
- Ali Elwerfelli, J. B. (2018). Oil a Blessing or Curse: A Comparative Assessment of Nigeria, Norway and the United Arab Emirates. *Theoretical Economics Letters*, 8, 1136-1160.
doi:[10.4236/tel.2018.85076](https://doi.org/10.4236/tel.2018.85076)
- Amidu, M., Ali-Nakyea, A., & Abor, J. Y. (2024). Introdução: Uma Visão Geral da Política de Gestão e Tributação de Recursos Naturais . Em *Avanços no Desenvolvimento Econômico, Social e Político Africano. Parte F2882*, 3-4.
doi:https://doi.org/10.1007/978-3-031-58124-3_1
- António, A. E., & Rodriguez-Gil, A. (2020). Oil shocks and fiscal policy procyclicality in Angola: Assessing the role of institutions. *Review of Development Economics*, 24(1), 209-237.
doi:<https://doi.org/10.1111/rode.12633>
- Benmaamar, M., Arroyo, F. A., & Eduardo, N. T. (2020). *Angola road sector public expenditure*. World Bank. Obtido em 1 de setembro de 2024, de <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33804/Angola-RoadSector-Public-Expenditure-Review.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Benomar, M. (2018). Angola: One year into the Lourenço presidency. What next? (Policy Brief No. PB - 18/26, pp. 1-5). *OCP Policy Center*, 1-5.
- Bibi, S. (2024). Prebisch and the terms of trade. *Journal of Development Economics*, 90, 104813. doi:<https://doi.org/10.1016/J.RESOURPOL.2024.104813>
- Biedermann, Z., Barczikay, T., & Szalai, L. (2023). The Dutch Disease in Angola: An Empirical Analysis. *Engineering Proceedings*, 39(1), 40, 1-5.
doi:<https://doi.org/10.3390/engproc2023039040>
- Braga, M. B. (2008). Raul Prebisch e o Livre Comércio: As origens do pensamento Económico Estruturalista. *PROLAM/USP*, 7(13), 76-99.
- Campos, P. M. (2023). THE IMPACT OF ROAD, RAIL AND PORT INFRASTRUCTURE ON THE ANGOLAN EXPORT GROWTH: AN AUTO-REGRESSIVE DISTRIBUTED LAG ANALYSIS. *European Journal of Economic and Financial Research.*, 7 (1), 1-24. doi:
<https://doi.org/10.46827/ejefr.v7i1.1429>
- Carvalho, P. d., & Kopinski, D. (2022). Um casamento de conveniência nas rochas? Revisitando a relação sino-angolana. *Africa Spectrum*, 57(1), 5-25.
doi:[10.1177/00020397211042384](https://doi.org/10.1177/00020397211042384)

- CE (Comissão Europeia). (2023). *Memorandum of Understanding on Working Arrangements relating to the development of the Lobito Corridor and the Zambia-Lobito rail line*. Bruxelas. Obtido em 15 de setembro de 2024, de https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/connecting-democratic-republic-congo-zambia-and-angola-global-markets-through-lobito-corridor_pt
- Chang, H.-J., & Lebdioui, A. (2020). From Fiscal Stabilization to Economic Diversification: A Developmental Approach to Managing Resource Revenues. *WIDER Working Paper 2020/108 Helsinki: UNU-WIDER*, 1-25. doi:<https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/865-8>
- Drinkwater, S., & Robinson, C. (2023). The impact of customs and trade regulations on the operations of African firms. *Journal of Business Research*, *165*, 114046, 1-9. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2023.114046>
- EIA (Energy Information Administration). (2024). *U.S Energy Information Administration*. Obtido em Junho de 2024, de <https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RB RTE&f=A>
- EITI (Extractive Industry Transparency Initiative). (2024). Obtido em 12 de Setembro de 2024, de Extractive Industry Transparency Initiative: <https://eiti.org/documents/angola-2021-eiti-report>
- Erkane, B., & Bozduman, E. T. (2021). Analysis of Export Concentrations of China and Japan on Product Basis . *ASSAM Uluslararası Hakemli Dergi*, *8 (19)*, 140-146.
- Ferreira, M. E. (1990). Angola-Portugal: do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais,. *Ed. Escher*, *147*, 143.
- Ferreira, M. E. (2006). Angola: Conflito e desenvolvimento, 1962-2002. *The Economics of Peace and Security Journal*, *1 (1)*, 25-29.
- FitchRatings. (2023). *Fitch Affirms Angola at 'B-'; Outlook Stable*. Londres : FitchRatings.
- FSDEA. (2024). Obtido em 14 de setembro de 2024, de Fundo Soberano de Angola: <https://fundosoberano.ao/en/investments>
- Hosein, R. (2021). Resource Curse and Dutch Disease. Em R. Hosein, *Oil and Gas in Trinidad and Tobago* (pp. 87-114). Cham: Palgrave Macmillan. doi:https://doi.org/10.1007/978-3-030-77669-5_5
- IMF (International Monetary Fund) . (2018). *Angola: Consulta do Artigo IV de 2018 – Comunicado de Imprensa; Relatório de Pessoal; e Declaração do Director Executivo para Angola*. Washington, DC.: International Monetary Fund.
- IMF (International Monetary Fund) . (2024). *Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Angola*. Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- Kamati, R. (2018). Empirical Analysis of Crude Oil Price Effects on Exchange Rate Volatility. *Empirical Economic Review*, *1 (2)*, 17-48. doi: <https://doi.org/10.29145/eer/12/010202>
- Markowitz, C. (2020). Sovereign Wealth Funds in Africa: Taking Stock and Looking Forward. *South Africa Institute of International Affairs*.

- Mpofu, F. Y. (2022). Taxing the Digital Economy through Consumption Taxes (VAT) in African Countries: Possibilities, Constraints and Implications. *International Journal of Financial Studies*, 10 (3), 65. doi:<https://doi.org/10.3390/ijfs10030065>
- Oliveira, I. T. (2007). Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. *Revista Urutáguá*, 11, 1-18.
- Porteous, O. (2022). Reverse Dutch disease with trade costs: Prospects for agriculture in Africa's oil-rich economies. *Journal of International Economics*, 138, 103651. doi:10.1016/j.jinteco.2022.103651
- República de Portugal. (2023). *Despacho n.º 6217-B/2023, de 5 de junho*. Lisboa: Diário da República. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6217-b-2023-214009156>
- Resano, J. R., & Gallego, S. (2021). G20 Debt-Relief Initiatives for Low-Income Countries During the Pandemic. *Boletim Econômico*, (3/2021).
- RGI (Resource Governance Index). (2023). *Resource Governace Index*. Obtido em 10 de Setembro de 2023, de Natural Resource Governance Institute: <https://resourcegovernanceindex.org/country-profiles/NOR/oil-gas?years=2017>
- RGI (Resource Governance Index). (2024). Obtido em 12 de Setembro de 2024, de <https://eiti.org/documents/angola-2021-eiti-report>
- RGI (Resource Governance Index). (2024). *Resource Governance Index*. Obtido em 11 de Setembro de 2024, de Natural Resource Governance Institute: <https://resourcegovernanceindex.org/country-profiles/AGO/oil-gas?years=2017>
- RGI (Resource Governance Index). (2024). *Resource Governance Index*. Obtido em 12 de Setembro de 2024, de Naturak Resource Governance Institute: <https://resourcegovernanceindex.org/country-profiles/GHA/oil-gas?years=2021>
- SADC. (2020). *Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP)*. Garbone Botswana: SADC.
- Salvatore, D. (2013). *International Economics*. Hoboken: John Wiley & Sons 11th ed.
- Schwab, K. (2019). *The Global competitiveness Report 2019*. Geneva: World Economic Forum. Obtido de https://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf
- Thaís, B., Satiro, J., & Narciso, L. (2022). O Acordo de Facilitação do Comércio da OMC e suas Implicações no Mercado Angolano (WTO Trade Facilitation Agreement and its Implications for Angola's Market). *PUC Minas.*, 3, 118-145.
- The observatory of Economic Complexity*. (24 de Setembro de 2024). Obtido de https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/ago/all/show/2022
- Torres, C. S. (2015). Norway's Oil and Gas Sector: How Did The Country Avoid The Resource Course. *revista tempo do mundo*, 1, 1-15.
- Trade Map*. (2024). Obtido em 23 de Setembro de 2024, de Trade Map: <https://www.trademap.org/Index.aspx>

Turkson, E., Oduro, A. D., Baffour, P. T., & Quartey, P. (2022). Regional integration and non-tariff barriers to Intra-Sub-Saharan Africa trade. *The World Economy*, 46 (2), 396-414.

UNDP (United Nations Development Programme). (11 de setembro de 2024). *Human Development Index (HDI)*. Obtido de United Nations Development Programme: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>

World Bank. (2020). *Doing Business 2020 Economy Profile Angola*. World Bank Group. Obtido em 10 de 10 de 2024, de <https://www.doingbusiness.org>

WorldBank. (2022). *Angola Relatório sobre o clima e desenvolvimento do país*. Washington DC: Grupo Banco Mundial.

WorldBank. (2024). *World Bank Group Database*. Obtido em june de 2024, de <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=AO>